



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PROJETO DE LEI Nº 107, DE 2025

Altera o art. 233 da Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para conceder direitos a pessoa com deficiência, no serviço de transporte aéreo.

Autor: Deputado RAFAEL BRITO

Relatora: Deputada SILVIA CRISTINA

I - RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 107, de 2025, de autoria do Deputado Rafael Brito, objetiva alterar o art. 233 da Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para conceder direitos a pessoa com deficiência, no serviço de transporte aéreo.

Na justificção, o autor argumenta que o projeto busca garantir que pessoas com deficiência, conforme o Estatuto da Pessoa com Deficiência, tenham dois direitos específicos ao viajar de avião: 1. Embarque e desembarque prioritários: reforça o que já está previsto na lei de 2015, que garante prioridade e segurança nesses procedimentos, porém, o autor questiona a Resolução da ANAC que permite o desembarque de pessoas com deficiência por último, a menos que haja uma conexão, e busca corrigir essa falha. 2. Assento na primeira fileira: propõe que a pessoa com deficiência tenha o direito de ocupar um assento na primeira fila, junto ao corredor, sem custo adicional.

A justificativa é que essa localização oferece mais espaço e facilidade de acesso, o que é essencial para o conforto, dignidade e segurança durante o embarque, desembarque e até mesmo em uma emergência. Por fim, o texto defende que, embora a ANAC já tenha resoluções sobre o tema, esses direitos são tão importantes que devem ser incluídos na lei. Isso evita que as determinações sejam





ignoradas ou que entrem em conflito com normas já existentes, promovendo uma viagem mais inclusiva e confortável.

O projeto não possui apensos.

O projeto foi distribuído às Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; Viação e Transportes e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

Nesta Comissão, em 02/07/2025, foi apresentado o parecer do Relator, Dep. Rodrigo da Zaeli (PL-MT), pela aprovação da proposição com substitutivo, porém não apreciado.

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

II - VOTO DA RELATORA

Cumpra a esta Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência examine o mérito do Projeto de Lei nº 107, de 2025, em conformidade com o disposto no art. 32, inciso XXIII, alínea "a", do Regimento Interno da Câmara Federal.

A proposição, ao alterar o Código Brasileiro de Aeronáutica, representa um avanço na promoção da inclusão e dignidade das pessoas com deficiência no serviço de transporte aéreo. A prioridade é um direito fundamental. Para pessoas com deficiência, o processo de embarque pode ser complexo, envolvendo o uso de equipamentos de assistência, como cadeiras de rodas, e o auxílio da equipe da companhia aérea. Embarcar primeiro significa ter tempo e espaço suficientes para se acomodar com tranquilidade, sem a pressão e o tumulto dos demais passageiros. Da mesma forma, desembarcar sem a pressa de quem está atrás evita acidentes e permite que o passageiro utilize seus equipamentos com segurança.

A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) assegura, em seu art. 9º, atendimento prioritário à pessoa com deficiência, inclusive no embarque e desembarque (inc. IV). O art. 48, §2º, é ainda mais direto ao estabelecer que são asseguradas prioridade e segurança nos procedimentos de embarque e desembarque





nos veículos de transporte coletivo. O projeto, ao incorporar essas garantias no Código Brasileiro de Aeronáutica, promove importante avanço ao tornar vinculante o cumprimento dessas obrigações pelas companhias aéreas, hoje presentes apenas em resoluções.

Com relação ao direito a um assento adjacente ao corredor, na primeira fileira ou o mais próximo possível das saídas, não é um privilégio, mas uma necessidade para as pessoas com deficiência que possuem mobilidade reduzida. Esses assentos proporcionam maior espaço para as pernas e facilitam a movimentação e o acesso ao corredor, algo essencial para pessoas que precisam de mais espaço para se ajustar ou que utilizam dispositivos de apoio. Além disso, a gratuidade desse assento elimina uma barreira financeira injusta, pois o acesso a um lugar adequado para uma viagem segura não deveria representar um custo adicional.

Para as pessoas com deficiência que apresentam mobilidade reduzida o assento adjacente ao corredor não é apenas uma questão de conveniência, mas de segurança e autonomia. Elas reduzem o risco de lesões, tanto para o passageiro com deficiência quanto para a equipe de bordo, e promovem a independência ao permitir que a pessoa viaje de forma mais confortável e com menos dependência de terceiros. Ele oferece um espaço essencial para o manuseio de equipamentos, facilitar o acesso ao banheiro e permitir que a pessoa se levante e se alongue, o que é crucial para evitar problemas de circulação em voos longos. Esses benefícios não são tão cruciais para pessoas com outras deficiências, como deficiência visual, auditiva ou intelectual, que não impactam diretamente a sua locomoção física.

Nos últimos anos, temos visto um grande avanço na garantia de direitos para as pessoas com deficiência. No entanto, é nosso dever não apenas expandir, mas também qualificar a aplicação desses direitos. Muitas vezes, na ânsia de sermos mais inclusivos, corremos o risco de diluir os direitos que já existem. Ao tentarmos incluir todos em todas as pautas, podemos acabar prejudicando quem mais precisa. Estamos diante de um perigo real: o de universalizar direitos de forma irrefletida, sem levar em conta as especificidades e as diferentes necessidades.

Ao focar as acomodações na necessidade específica, e não em uma categoria ampla de deficiência, é possível criar um sistema mais justo e eficiente, que não banaliza os recursos e garante que as pessoas com mobilidade reduzida recebam o suporte necessário para uma experiência de viagem segura e confortável. Se





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DEPUTADA SILVIA CRISTINA PP/RO

Apresentação: 24/09/2025 18:30:52.243 - CPD
PRL 3 CPD => PL 107/2025
PRL n.3

expandirmos esse direito para pessoas que não enfrentam esse tipo de barreira, acabamos por diminuir a disponibilidade de um benefício vital para quem realmente depende dele. Estamos, de certa forma, enfraquecendo a proteção que foi criada para um grupo específico dentro da própria comunidade da pessoa com deficiência. A prioridade de quem tem mais dificuldade de locomoção, por exemplo, não pode ser relativizada.

Considerando essa questão, proponho um substitutivo, ao projeto em pauta, com o objetivo de assegurar que a garantia de assento seja concedida especificamente às pessoas com deficiência que tenham mobilidade reduzida, resguardando a acessibilidade de forma mais direcionada.

Também sugiro aperfeiçoamento quanto à previsão de alocação de passageiros na parte dianteira, considerando a realidade operacional de que há aeronaves cujo embarque se dá pela porta traseira somente, como é o caso dos ATR. Também propomos alteração em relação aos assentos próximos às saídas de emergência que são ocupados levando em conta razões técnicas e de segurança. Para ocupar esses espaços, é exigida capacidade física específica para abertura das saídas, além de desobstrução total da passagem, o que pode ser inviabilizado pela presença de equipamentos auxiliares.

Diante do exposto, voto pela *aprovação* do Projeto de Lei nº 107, de 2025, na forma do substitutivo anexado a este Parecer.

Sala da Comissão, em de de 2025.

SILVIA CRISTINA
DEPUTADA FEDERAL
PP/RO





COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 107, DE 2025

Altera o art. 233 da Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para conceder direitos à pessoa com deficiência, no serviço de transporte aéreo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta dispositivos ao art. 233, da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que “Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica”, para conceder direitos à pessoa com deficiência, no serviço de transporte aéreo.

Art. 2º O art. 233 da Lei nº 7.565, de 1986, passa a vigorar acrescida dos §§ 3º e 4º, com a seguinte redação:

“Art. 233.....

§ 3º A pessoa com deficiência, assim definida nos termos da Lei nº 13.146, de 2015, tem direito a embarcar e desembarcar com prioridade.

§ 4º A pessoa com deficiência que apresentar mobilidade reduzida disporá de assentos especiais, sem custo adicional, junto ao corredor, localizados na dianteira ou traseira da aeronave, o mais próximo possível das saídas”. (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

SILVIA CRISTINA
DEPUTADA FEDERAL
PP/RO

